

Steffen Dix e Jerónimo Pizarro (orgs.), *A Arca de Pessoa. Novos Ensaios*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2007 (2.^a ed.).

Maria de Lurdes Sampaio

O volume *A Arca de Pessoa. Novos Ensaios*, organizado por Steffen Dix e Jerónimo Pizarro, reúne as 25 comunicações apresentadas por especialistas pessoanos num colóquio realizado na Universidade de Leipzig, em 2005. Em páginas introdutórias, os organizadores oferecem ao leitor uma excelente cartografia de um volume de 369 páginas, composto por 25 capítulos, distribuídos por 6 partes. Após o índice, o leitor depara-se com uma nota bibliográfica referente a cada autor dos estudos incluídos, o que, se, por um lado, permite contextualizar os trabalhos apresentados, por outro, abre janelas para as múltiplas e fecundas investigações interdisciplinares em curso a nível internacional sobre a obra pessoana, fomentando desta forma um possível e desejável intercâmbio de ideias a uma escala supranacional. Também a apresentação sumária de cada ensaio e a inclusão da bibliografia pessoana referida nos textos desta antologia se revelam de grande utilidade para qualquer leitor. Na organização do volume, os editores optaram, como dizem na "Introdução" (pp. 17-23), por agrupar os textos em áreas temáticas – e que se revelam também como áreas disciplinares. Se num ou noutro caso esta distribuição temática pode ser questionada, dada a possível deslocação de alguns textos de uma área para outra, tais divisões não impedem uma perspectiva transversal e de intersecção na leitura dos textos. De um modo geral, a distribuição dos ensaios é bem pertinente e apreende as linhas dominantes de uma notável heterogeneidade de ensaios, bem diferentes na metodologia, na temática e na sua importância crítica, mas atestando, em conjunto, quer a importância crescente da obra pessoana a um nível internacional, quer o impulso dado pela prolixa actividade editorial dos últimos anos (e, sobretudo, pela publicação de textos inéditos) para uma renovação da reflexão ensaística em torno de uma obra cujos limites estão longe de ser fixados – se alguma vez o forem – e para um repensar da própria "obra" de Pessoa.

É a heterogeneidade acima referida que determina a opção, nesta recensão, de apresentar cada um dos textos seguindo a ordem da sua inclusão no volume, embora seja variável a atenção e o comentário a eles dedicados. Deixando algumas conclusões para o final, sublinharia desde já uma tendência subjacente a grande parte dos ensaios: o retorno ao Autor, que, na sua vertente mais rica e produtiva, se traduz em renovadas

abordagens a partir da ideia de crise do autor e da instabilização do sujeito, e que, numa outra vertente, se traduz numa rasura de todas as teorias pós-foucaultianas, levando mesmo, aqui e além, alguns críticos a uma demanda obsessiva do Autor, análoga à tematizada por Henry James em "The Figure in the Carpet". Esta é uma das razões por que considero que a escolha dos organizadores para a sobrecapa deste cuidado volume, *A Arca de Pessoa. Novos Ensaios*, de uma belíssima reprodução de um "retrato" de Pessoa por Júlio Pomar (1985) não poderia ter sido mais feliz e profética. Nessa imagem policromática, o rosto ligeiramente esbatido de Pessoa, suavemente inclinado, é ainda mais hermético e esfíngico do que na iconografia habitual, prestando-se a ser olhado, sem olhar. Perante essa figura luminosa de ensimesmamento, cuja impenetrabilidade parece ser figurada pela mancha negra central do colete, é impossível não pensar que a obra pessoana continuará a ser um permanente desafio para todos os críticos literários. >>

A abertura da mais concorrida secção do colóquio, em Leipzig, coube a Eduardo Lourenço e é com o seu texto, "Pessoa e Portugal e Portugal e Pessoa" que a antologia em apreço se inicia. Seria impossível encontrar melhor enquadramento para os textos que se lhe seguem – não tanto porque o texto sai da pena do mais universal dos ensaístas portugueses, mas porque Lourenço nos dá conta de perplexidades pessoais, presentes, em graus diferentes, nalguns dos ensaístas desta antologia, ou que, não o estando, não deixam (e por isso mesmo) de ser despertadas no leitor. Uma, e de menor relevância, diz-nos a voz socrática de Lourenço, decorre da sensação de, apesar dos anos de "convívio" com o poeta, (continuar a) não saber quem ele é. A outra é da ordem do identitário e tem uma formulação lapidar intraduzível: "Mais decisivo é concluir depois de um encontro que me devorou vivo, a ponto de não saber se sou eu que escrevo sobre ele ou um fantasma possuído por ele, numa prosa confusa, tão longe da luminosa prosa onde se transfigurou [...]. Em suma, confesso que [...] eu, como tantos leitores de Pessoa "não sei quem sou" e que esta consciência negativa de mim é a minha verdadeira identidade" (p. 27). É da consciência desse duplo desconhecimento que nasce uma outra perplexidade. Segundo Eduardo Lourenço, há na cultura portuguesa contemporânea uma estranha familiaridade com Pessoa, uma singular identificação, quer a nível nacional, quer transnacional, de Pessoa com Portugal: "[c]ultural e simbolicamente, hoje Pessoa é Portugal" (p. 28). Ora, para o ensaísta, o que é de estranhar, *i.e.*, o "mistério" é que essa mitologia e em lugar-comum não provoquem estranheza. Porque, argumenta Lourenço, retomando ideias expostas noutros lugares, se a paixão de

Pessoa por Portugal é inegável, a imagem que este construiu do país subverteu uma secular tradição autóctone da mitologia associada a Portugal: desde a visão nostálgica romântica, oscilando entre a “exaltação fervorosa” e o “desalento” (p. 30) à visão da Geração de 70 que fez “o processo não só da nossa decadência histórica e política, como da nossa decadência cultural” (*ib.*). Pessoa, escreve o ensaísta, “recicla toda a imagem heróica de Portugal em *Mensagem*” (*ib.*), poema que coloca Portugal “*fora do mundo*” (*ib.*). Lourenço sintetiza a sua já conhecida interpretação do que designa por poema “anti-*Lusíadas*” e convoca *O Livro de Daniel* para explicar a ideia de como um império de essência histórica pode ganhar vida em função de uma “utopia cristocêntrica” (p. 31).

É à luz destas perplexidades e leitura da *Mensagem* que devem ser entendidas as interrogações subseqüentes: como, por que processos, o poeta destruidor de mitos consoladores, capaz de desestruturar imagens estáveis e sedimentadas, se transforma num ícone de Portugal? Ou, indo directamente à questão nodal: “Como é que um país inteiro [...] se reviu e se identificou com a obra mais problemática, corrosiva e subversiva do seu tempo português e acabou por se rever na obra e poesia inteira de um homem que, sendo tão português, escreveu e sabia que, como o seu *Marinheiro*, não tinha pátria?” (p. 31). Mas não serão as palavras aforismáticas que se seguem já parte da resposta, da clarificação parcial do “mistério”?: “Que ninguém tem pátria como coisa sua, como um objecto, como coisa própria, e que é nesta ausência de pátria que assenta a sua impensável identidade” (*ib.*). Chegamos, nesta articulação de *identidade* com *desterritorialização*, a questões cruciais e complexas da nossa contemporaneidade. Tem razão Eduardo Lourenço quando, ao encerrar a sua intervenção (e texto), diz que afinal apenas iniciara a sua palestra. Mas o mote ficou dado para reflexões ulteriores sobre este tópico, porventura, à luz de outro luminoso título: “Pessoa, Eduardo Lourenço e Portugal, Portugal, Eduardo Lourenço e Pessoa”.

Com o ensaio “As Confissões Verdadeiras de um Poeta Fingidor”, Anna Klobucka oferece-nos um dos mais inovadores contributos para este volume de *Novos Ensaíos*. Trazendo, em escassas linhas, achegas luminosas a questões tão complexas como a da singularidade do “sujeito autobiográfico” no *Livro do Desassossego* ou a da criação heteronímica, a A. centra-se no que refere como “equivoca dialéctica de revelação e encobrimento” (p. 33) da sexualidade na obra de Pessoa. Klobucka começa por focar aspectos genéricos de um “jogo” ou “movimento pendular” pessoano de *exposição* e de *simulada ocultação* (pois se acaba por confessar o que se afirma como desejo inconfessável), para isolar e ana-

lisar, de seguida, passos específicos do macrotexto pessoano, onde esse jogo se manifesta de forma mais visível. Estas questões são abordadas no recurso ao conceito de "outing", que, esclarece a A., designa "muito especificamente, a divulgação pública da orientação homossexual de alguém que não a vive abertamente" (pp. 34-35).

Uma das primeiras manifestações de "outing" é rastreada na correspondência trocada entre Gaspar Simões e Pessoa em torno da questão do "processo criativo" deste último, e dos poemas de *Antinous e Epithalamium*. Simões ignorou a explicação catártica pessoana (a "obscenidade"), optando por uma leitura freudiana-jungiana, com relevo para conceitos como *sublimação* e *femininidade*. É ainda assinalada a omissão, nesse diálogo, de qualquer referência ao ensaio por ambos conhecido, "Uma Lembrança da Infância de Leonardo da Vinci" (1910), onde as ideias de sublimação e de genialidade se articulam com a questão da homossexualidade. Klobucka avança então a hipótese de que esse ensaio tenha inspirado Pessoa nas suas auto-interpretações epistolares e que, junto com as conjecturas de Gaspar Simões, elas tenham engendrado a tese seniana sobre o esconjuro da sexualidade da obra pessoana, ou a teoria de Eduardo Lourenço sobre a "sexualidade branca" de Pessoa, leituras estas com longa fortuna crítica, e postas em causa pela noção de "intersexualidade", avançada por Irene Ramalho Santos em *Atlantic Poets* (2003), justamente lembrada neste ensaio. >>

Porventura bem eloquente quanto às recorrentes e múltiplas manifestações de "outing" será a resposta de Álvaro de Campos a um inquérito-blague de Augusto Ferreira Gomes (in *A Informação*). À pergunta "Deve às suas obras alguma aventura amorosa?", Campos responde com a narração de um episódio, cujo *incipit* é o seguinte: "Aproximou-se de mim um [sic] rapariga, por assim dizer – aluno segundo depois soube do liceu" (*apud* Klobucka: 39). A não congruência de género entre "rapariga" e "aluno" foi assinalada, logo em 1946, por Jorge de Sena, seguida da advertência de que o próprio Pessoa declarara não se tratar de qualquer gralha. Porém, a surdez de editores e comentadores perante este duplo aviso (ou ainda um terceiro, na sentença pessoana "Obedeça à gramática quem não sabe pensar o que sente" (*idem*, p. 40) traduziu-se num acto de correcção gramatical e de normalização, que é simultaneamente um acto de normalização da sexualidade.

Depois de passar em revista outros casos de não concordância do género gramatical e sexual, Klobucka detém-se na "Carta da Corcunda para o Serralheiro", que apresenta como um notório episódio de *outing*, da tensão entre o desejo de "dizer" e de "não dizer" (entre "expor" e

"encobrir"). Neste caso, a ênfase recai na frase de que se cita o segmento final: "e eu tenho pena já de saber que isso é absolutamente certo antes de saber qualquer coisa, que eu mesmo não vou procurar saber" (*apud* Klobucka: 42). Tendo em conta a construção frásica, diz a ensaísta que "mesmo" só pode ser um pronome demonstrativo, masculino (não advérbio invariável), *i.e.*, "mais um exemplo da vacilação do género gramatical e sexual", reforçado pela afirmação de Maria José de "não ser mulher nem homem". E talvez fosse de acrescentar que o nome da autora / sujeito-enunciador da carta (Maria + José) é já um indício da vacilação ou instabilidade sexual aqui em análise.

Focando um tema que só tímida e pontualmente é tratado pelos investigadores pessoanos, o ensaio de Anna Klobucka é, sem dúvida, um excelente contributo e estímulo para um estudo aprofundado e indispensável das questões do corpo e da sexualidade na obra pessoana.

No texto "Fernando Pessoa e as Doenças de Fim de Século", Kenneth Krabbenhoft apresenta e procura fundamentar a sua tese de que "Fernando Pessoa se interessou pelas correntes mais novas da ciência e da filosofia de finais do século XIX e começos do século XX porque precisava delas para se explicar a si mesmo" (p. 45). Algumas linhas adiante, o A. acrescenta que a leitura de Pessoa de inúmeros tratados psiquiátricos e criminologistas de finais do século XIX, e o seu relativo conhecimento das famosas doenças oitocentistas (o atavismo, a loucura e a degenerescência, a par do génio), respondem também à demanda de uma explicação para a decadência da civilização europeia. Para o A., Pessoa terá encontrado na psiquiatria pré-freudiana e na *ideia de doença* (o alcoolismo, por exemplo) algumas respostas para as suas obsessões pessoais com a loucura e a degenerescência. Particular destaque é dado neste estudo à obra de Cesare Lombroso, que Pessoa lera atentamente, dada a sintonia das ideias lombrosianas com a secularização do pensamento europeu oitocentista e a sua desvinculação de princípios morais e cristãos. Levando mais longe uma sugestão de Pizarro de que a explicação dos heterónimos não deverá basear-se apenas em critérios literários, Krabbenhoft advoga a necessidade de se investigar o papel da "autodefinição do poeta como degenerado no sentido científico do século XIX na determinação do percurso da sua vida" (p. 57).

Se a sugestão do ensaísta de que há uma similaridade entre a "linguagem futurista-histórica" de Álvaro de Campos e a linguagem primitiva (como a caracteriza Lombroso) poderá revestir-se de alguma produtividade hermenêutica, mais reservas nos merece a leitura da ruptura da relação de Pessoa com Ofélia Queirós à luz do medo da "herança atávi-

ca”, e, sobretudo, a ideia de uma relação determinista entre leituras, temores pessoais e a obra produzida. Há ainda que questionar a auto-definição de poeta como “degenerado”, confrontá-la com outras auto-definições e, acima de tudo, inquirir sobre o interesse desta forma de Retorno ao Autor para um melhor conhecimento da obra pessoana.

Num diálogo implícito com o estudo de Krabbenhoft se situa o texto “Os espíritos que invoquei – Fernando Pessoa e Ludwig Staudenmaier: ou o Poeta Controlado e o Cientista *out of control*”, da autoria de Henry Thoreau. Este crítico e psicólogo procede à refutação do rótulo de “caso patológico” aplicado a Pessoa, a partir de uma comparação entre o interesse deste pelo espiritismo (e ocultismo) e análogo interesse por parte do cientista alemão Ludwig Staudenmaier. Tecendo duras críticas ao caos terminológico e conceptual no uso de termos psiquiátricos no campo da crítica psico-biográfica pessoana, o A. elogia o auto-diagnóstico de Pessoa, quando recusa definir-se como “esquizofrénico”, enquanto insiste na sua natureza de dramaturgo, ou de “um supremo despersonalizado, como Shakespeare” (*apud* Krabbenhoft: 72). Invoçando as práticas parapsicológicas e mediúnicas, de grande popularidade em inícios do século XX (finais do XIX), Thoreau traz à discussão as noções de “personalidade múltipla” e de “personalidades secundárias” (frequentemente emergentes dessas práticas) e condutoras, por vezes, a processos de desagregação mental e de loucura. Esse terá sido o caso do Dr. Staudenmaier, que durante mais de 20 anos se entregara a experiências para refutar o espiritismo. A este trágico caso contrapõe o A. o caso de Pessoa, para quem o ocultismo e as práticas mediúnicas terão representado uma forma alternativa de controle e de disciplina de personalidades múltiplas, análoga à da terapia da psicologia moderna (psicodrama?) e viabilizada pela criação heteronímica – entendida esta como uma solução para a integração possível, de coexistência ou convívio de entidades parcelares. Questões como as colocadas por Thoreau, tais como, “multiplicidade auto-induzida – um artifício poético? [...]. Autoterapia através de dissociação de personalidade múltipla como ‘role playing’?” (p. 72) têm na frase que as precede mais do que uma hipótese de resposta: “Dir-se-ia que Fernando Pessoa foi capaz não só de controlar conscientemente estes fenómenos [pluralidade], mas também de assumir, como um actor, e sempre que quis, as suas personalidades internas, personagens fictícias, por ele mesmo criadas.” (*ib.*). Não obstante uma certa ambivalência no texto (*personalidades múltiplas*: efeito ou consequência?), é meritória a insistência, em fecho de texto, na vocação dramática do poeta e na sua extraordinária lucidez.

>>

No texto, "Cultura e imperialismo – o império como 'cadáver adiado'" (a encerrar a Parte I, "Cultura e Sociedade"), Vincenzo Russo revisita, à luz de teorias pós-colonialistas (sobretudo de Edward Said), duas questões correlatas na obra pessoana – cultura e imperialismo – propondo-se demonstrar a tese de que "a obra poética e crítica de Pessoa pode contribuir para a redefinição da moderna cartografia do imaginário imperial português" (p. 76). Neste sentido, somos reconduzidos às questões identitárias esboçadas por Eduardo Lourenço, podendo este texto ser visto como uma das muitas respostas possíveis às questões do filósofo. Russo percorre vários fragmentos da obra de Pessoa onde este expõe as suas ideias sobre o imperialismo britânico e português, para se centrar na mitografia imperial do poeta e na sua revisão da história expansionista portuguesa. Russo analisa a ideia pessoana da morte de qualquer império material, e a sua concepção de um império português espiritual ou mental, cuja possibilidade mito-poética já estava contida num passado imperialista, visto por Pessoa desta forma: "Éramos essencialmente navegadores e descobridores, e só derivada e corolariamente homens de conquista e de colonização" (*apud* Russo: 82). A sua essência terá consistido, nas palavras do próprio poeta, "em converter os outros em nós mesmos" (*apud* Russo: 86). Mas essa "permeabilidade" ao Outro, *i.e.*, essa transformação do Outro em nós mesmos é, argumenta o A., indissociável da ideia pessoana de que o português pode ser tudo (e ocorre pensar em Fradique Mendes e na relação Pessoa-último Eça). Por isso, diz Russo, "[a] identidade portuguesa moderna, enquanto interidentidade, fronteira móvel entre ser e estar, tem em Pessoa a sua mais alta interrogação, situável já não entre 'ser' e 'não ser', mas entre 'ser muitos' (todos) e 'ninguém'" (p. 87). Esse ser tudo de todas as maneiras (de que o sensacionismo terá sido a melhor expressão estética), é, a seu ver, uma estratégia retórica de um "império semiperiférico" para transformar "os outros em nós", e que se traduz numa rasura não só do "outro colonial africano", mas numa espécie de assimilação da Europa ao ser português, ou mesmo, panteisticamente, de todo o mundo. Conclui então o A. que, se Pessoa faz correctamente o diagnóstico da morte do Império material, o poeta, como criador de mitos, "continua a perpetrar em vida o cadáver do império, a adiar o enterro já anunciado pela sinfonia e pelo *requiem* de *Os Lusíadas*" (p. 89). Numa ousada sentença que não deixará indiferente nenhum leitor (e que reaviva a questão platónica sobre o poder dos poetas e da poesia), Vincenzo Russo encerra desta forma o seu texto: "o tratamento proposto por Pessoa (D. Sebastião, Quinto Império) é, por sua vez, uma recaída, uma vez mais mítica, que alimentou a imagem do português

como povo predestinado, sobretudo numa sociedade como a sociedade salazarista que, em nome desse mesmo destino, se aproveitou do adiamento do enterro para procurar-se a si mesma e aos outros de que vivia realmente uma existência miraculosa” (*ib.*).

A Parte II, “Biografia e História”, que integra cinco estudos, inicia-se com o texto de Arnaldo Saraiva, “Fernando Pessoa em tempos obscuros – algumas pequenas luzes...”. O ensaísta detém-se num período que entende como decisivo para “a modelização ou definição completa da sua específica genialidade” (p. 93), o de 1905-1907, e que corresponde à chegada de Pessoa a Lisboa para frequentar o Curso Superior de Letras. Apoiando-se em dados empíricos, como, por ex., os planos curriculares em que Pessoa se inscreveu, sustenta o ensaísta que, apesar da desistência (por motivos circunstanciais), a passagem por esse curso terá sido muito importante para o enriquecimento cultural de Pessoa e para a sua posterior obra literária, em virtude do aprofundamento que este lhe proporcionou dos seus gostos e conhecimentos de domínios tão diversos como a filosofia, a geografia, as línguas grega e alemã, a história em geral (e, em particular, os Descobrimentos), ou ainda por causa do interesse despertado por quadras, provérbios ou santos populares (e eventual influência de Adolfo Coelho, Teófilo Braga e Consigliari Pedroso, à data, professores na Faculdade de Letras). Num momento em que se torna mais visível, na obra pessoana, a importância da cultura e horizontes anglo-saxónicos, reveste-se de pertinência este contributo para a biografia intelectual pessoana, sobretudo pelo relevo dado à curiosidade do poeta modernista pela literatura e cultura populares portuguesas. E ocorre aqui recordar o elogio e a perplexidade de Óscar Lopes, em 1965, perante “Quadras ao Gosto Popular”: “Quem diria que o mais intelectual ou abstrazante dos nossos poetas poderia competir com Augusto Gil e A. Correia de Oliveira e a (verdade é esta) batê-los dentro da sua própria coutada?” (*Comércio do Porto*).

José Barreto, em “Fernando Pessoa – racionalista, livre-pensador e individualista: a influência inglesa”, partindo de um estudo exaustivo da biblioteca e das leituras pessoanas desde a adolescência, procede a uma indagação sobre as influências decisivas para a formação do espírito racionalista e secularista de Fernando Pessoa. Barreto demonstra que o jovem de 17 anos, ao chegar a Lisboa, já transportava consigo as sementes do racionalismo e do anticatolicismo, e que estas terão frutificado sob o impulso das ideias republicanas e pela descoberta de autores britânicos decisivos como Charles Bradlaugh, Annie Besant, Herbert Spencer e, sobretudo, John Mackinnon Robertson – para lá de autores fran-

>>

ceses e ingleses de reputação diversa. O ensaísta procura, de seguida, responder a uma questão incontornável: “como conciliou Pessoa o racionalismo livre-pensador da sua formação com a inclinação para as inúmeras doutrinas e práticas ocultistas que cultivou ou pelas quais se interessou?” (p. 119). Recusando a frequente explicação da natureza paradoxal do pensamento pessoano, Barreto aponta outras razões de carácter transindividual ou cultural, nomeadamente o facto de já no século XIX o ocultismo não ser a antítese do livre-pensamento, dado que este último assumiu diferentes vertentes, o mesmo acontecendo com o movimento racionalista. Diz-nos o A. que o racionalismo e as ciências ocultas coexistiram e tiveram um desenvolvimento paralelo, numa simultânea oposição à hegemonia da religião e dos dogmas vigentes na época (p. 121). Nesse sentido, remata o ensaísta, Pessoa, na sua adesão a uma corrente de espiritualismo do seu tempo (descrente face à ciência), sempre se manteve fiel à tradição do livre-pensamento e a uma linha racionalista que se abria a saberes ancestrais ou de outras culturas, e recalcados pelo Cristianismo. Em síntese, o paradoxo é apenas aparente: só um racionalista exacerbado, um livre-pensador, poderia, afinal, abrir-se à heterodoxia e aceitar que muitos e plurais são os caminhos para o conhecimento, incluindo mesmo os do irracional e do oculto.

No texto que se segue, “Cosmópolis – uma ‘arca’ cheia de projectos”, António Mega Ferreira fornece informações bem elucidativas quanto à faceta de empreendedor do cidadão Fernando Pessoa: a amplitude dos projectos literários e comerciais, que não se circunscreveram à Íbis ou a Olisipo, e que se encontram sob a designação de “Cosmópolis”, bastante significativa quanto ao que Mega Ferreira refere por “vastidão tentacular dos seus interesses” (p. 130). Numa tentativa de sistematização do que se apresenta, em cadernos, como uma colecção caótica de projectos e actividades (88 no total), o investigador avança uma taxonomia de quatro áreas de interesses: *informação comercial; ideias literárias ou editoriais; prestação de serviços e consultadoria*. Ressalta deste texto a ideia de que Pessoa terá procurado colmatar várias lacunas nos mais diversos campos na sociedade portuguesa de inícios do século XX, num esforço megalómano, impossível de levar a cabo por um homem só – e quase desnecessário será dizer que o modelo é anglo-saxónico, indiciado por expressões em inglês como “Three plans here”, “lending library”, ou outras. Compreende-se que Mega Ferreira se refira a Cosmópolis como sendo “tudo” e “no fim de contas, absolutamente nada” (p. 136).

Em “Afectos, amizades, curiosidades – o andaime”, Manuela Nogueira, sobrinha de Pessoa, apresenta uma versão sintetizada do retra-

do do poeta, já exposto no seu livro *Fernando Pessoa. Imagens de Uma Vida* (2005), ou seja, uma revisão da imagem mais comum do poeta-gênio, misantropo, excessivamente cerebral e isolado do mundo. São enfatizadas, neste testemunho, facetas do poeta enquanto *homem normal*, que terão constituído, ao longo da sua vida, o antídoto para angústias e crises esporádicas, como, por ex., o amor pela mãe, a convivência regular e intensa com vários amigos e admiradores, o humor, ou ainda uma (“estranha”) religiosidade que coexistia com o seu agnosticismo.

O texto de José Blanco, “A Verdade sobre a *Mensagem*” (a fechar a Parte II, “História e Biografia”) reescreve a versão oficial da história da *Mensagem*, que resulta numa desmistificação (parcial) da imagem do poeta-vítima e injustiçado em 1934, pelo SPN, por ocasião da criação do prémio Antero de Quental (“Poesia”). Este é um estudo bem revelador da percepção que muitos amigos e contemporâneos de Pessoa já então tinham do talento do poeta, tendo-se mesmo empenhado a fundo no seu reconhecimento, através de instâncias de legitimação que os concursos e os prémios literários sempre representam. Nesta revisão da versão de Gaspar Simões sobre o alegado “prémio de consolação”, obtido por Pessoa no referido concurso, José Blanco fala mesmo em “lobby” levado a cabo por vários amigos e admiradores (Augusto Ferreira Gomes, Augusto Cunha, Almada Negreiros e António Ferro) para que Pessoa fosse o vencedor. Alguns factos e indícios de que assim tenha sido: uma oportuna entrevista feita ao poeta por Artur Portela para o *Diário de Lisboa* a 15 dias da atribuição do prémio (com poemas da *Mensagem* e ilustrações inéditas de Almada Negreiros); a alteração da data limite da publicação da obra para “admissão a concurso” de 1 de Julho para 31 de Outubro de 1934 (que terá permitido a Pessoa concluir o poema); c) a “hábil montagem tipográfica” de Augusto F. Gomes para que a *Mensagem* tivesse as 100 páginas regulamentares (não as tendo, de facto) – “inacreditável subterfúgio” detectado pelo júri e que fundamentaria a desclassificação do poema. Nesta importante averiguação da verdade em torno do episódio do prémio do SPN, o maior e decisivo esclarecimento provém, eventualmente, de uma simples rectificação do texto de decisão do júri, tal como foi divulgado nos jornais da época. Onde se lê “um prémio de segunda categoria, destinado a um Poema ou poesia solta deu-se por maioria” deveria ler-se: “o prémio da segunda categoria”, conforme os termos do Regulamento (p. 153; *its meus*).

A Parte III, “Filosofia e Esoterismo”, é composta por três capítulos e abre com o texto de Steffen Dix “O poeta ‘animated by philosophy’ ou a admiração perante a existência do universo”. Numa época em que as

>>

relações entre a literatura e a filosofia são incontornáveis, o valioso texto de Dix ensaia uma leitura sobre a relação da poesia e da filosofia em Fernando Pessoa, passível de reacender um imprescindível debate de fundo a partir das famosas afirmações de Pessoa: "I was a poet animated by philosophy, not a philosopher with poetic faculties. I loved to admire the beauty of things, to trace in the imperceptible through the minute the poetic soul of the universe" (*apud* Dix: 163).

Apontando como influências mais marcantes na obra e pensamento pessoanos os filósofos Nietzsche, Schopenhauer, Kant e o grupo dos filósofos pré-socráticos, o A. debruça-se sobre a influência dos dois últimos. As marcas de Kant rastreia-as Dix na obra de Alberto Caeiro, que lê como uma obra filosófica *par excellence*" (p. 167) e "quase uma reacção imediata e directa à metafísica de Kant" (p. 166) – confirmadas, a seu ver, em fragmentos de Pessoa ortónimo, ou na tese de Mora de que há na poesia de Caeiro um filosofar através da poesia, à imagem da prática dos primitivos gregos. As questões ontológicas equacionadas por Pessoa ao longo da sua vida reflectirão, por seu lado, o impacto da leitura dos antigos filósofos gregos. Inference-se desta argumentação que Pessoa terá superado o diferendo platónico entre filosofia e poesia – e não só via Caeiro. Apesar de o ensaísta ter sublinhado no início do seu texto a natureza metatextual, assistemática e imediatista de muitos fragmentos filosóficos de Pessoa (sintoma de crítica reactiva às leituras), Dix considera que a partir do momento em que aceitemos que muitas das questões colocadas no âmbito do sensacionismo são as mesmas de uma teoria de conhecimento (*Erkenntnistheorie*), "poder-se-á afirmar que 'o sensacionismo' foi de uma certa maneira a realização do sistema filosófico de Fernando Pessoa" (p. 169). Por último, tomando como ponto de partida um longo fragmento pessoano sobre a poesia das coisas discretas ("The poetry of the earth is never death [...]. Poetry is in everything"; cf. p. 170), Dix põe em relevo a mesma atitude de espanto e de admiração, que subjazem, a seu ver à poesia e ao primeiro acto filosófico. Da leitura deste ensaio e do fragmento citado poder-se-á inferir que a Poesia em Pessoa transcende (ou pode transcender) o poema e a textualidade.

Ao ensaio de Dix seguem-se dois ensaios consagrados ao papel da poesia e do esoterismo na demanda pessoana do mistério das coisas. Trata-se dos ensaios de Ana Maria de Albuquerque Binet e de Luigi Orloff, respectivamente intitulados "A obra de Fernando Pessoa – uma galáxia de 'esoterismos'?" e "Poesia e esoterismo – os dois caminhos de Fernando Pessoa". Binet começa por proceder a uma distinção entre ocultismo e esoterismo, definindo este último como "um caminho em

direção ao mais íntimo de todo o que quer, através de uma gnose, atingir uma forma de iluminação” (p. 174), e restringe o sentido de ocultismo à “dimensão prática do esoterismo” (*ib.*). Segundo a ensaísta, “[t]oda a obra de Pessoa testemunha a busca da ‘única realidade que é o mistério’ [...] do desespero, que Fausto encarna, face à inacessibilidade desse mistério” (p. 179). Desde textos poéticos de Alexander Search à *Mensagem* várias são, a seu ver, as manifestações dos interesses esotéricos que Pessoa assumiria publicamente em 1935. Na demanda do Mistério e/ou do auto-conhecimento, Pessoa terá explorado uma multiplicidade de caminhos: gnósticos, templários, Rosa Cruz, alquimia, maçonaria, astrologia, ou mesmo a *blague* a mistificação. Levando mais longe a tese de Angel Crespo sobre a dimensão gnóstica e esotérica da poesia pessoana, a poesia surge neste contexto como parte integrante de uma galáxia de esoterismos, sugerindo a A. a produtividade hermenêutica do estudo de muitos textos como “manifestação literária de uma experiência iniciática” (p. 183). Em abono desta leitura se relembra um paralelo, estabelecido em certos escritos de Pessoa, entre a ordem poética e a ordem esotérica, entre “graus iniciáticos” e “graus de criação poética” (cf. p. 179). Nesta linha de pensamento, a heteronímia é vista como um processo inserido nessa “busca de si num outro, em identidades múltiplas” (p. 180). Compreende-se, como alerta a A., que a exploração da relação da heteronímia com a dita galáxia de esoterismos exceda o espaço textual de um ensaio, sendo, por isso, difícil ajuizar sobre o grau de novidade e valor deste estudo para uma melhor compreensão da obra pessoana. Já o entendimento da heteronímia como manifestação da dispersão causada pelo bilinguismo (embora não surja como explicação totalizante) e, sobretudo, a minimização de razões estético-literárias na gênese da heteronímia face a explicações psicanalíticas (“defesa maníaca contra a depressão”; p. 180) se nos afiguram claramente redutoras.

Pertinentes e fecundas no âmbito da Modernidade poética são as questões, de ordem epistemológica e ontológica, que Luigi Orloff equaciona na abertura do seu texto. O ensaísta começa por subverter a habitual relação entre ortónimo e heterónimos, quando escreve que “a sua [Fernando Pessoa] existência é consequência da presença de outros” (188), ou quando sugere que *Chuva Obliqua* é “o ponto de chegada” (p. 188) e não ponto de partida da relação ortónimo/heterónimos, sendo ainda mais significativa a concordância do ensaísta com Mora a propósito de Álvaro de Campos: “[Pessoa] não existe propriamente falando” (*apud* Mora: 188). Às interrogações que tais afirmações desencadeiam

>>

procura o A. responder na exploração de vias diversas que o levam a convocar quer o *Fausto* quer o *Marinheiro* (logo, o papel da inteligência, da imaginação ou do sonho), bem como a reflexões sobre o estatuto ontológico do “real” (do “mundo exterior”) e sobre o “mistério da existência” (p. 196). De uma teoria do símbolo – ou da ideia de que pela relação simbólica, “as coisas são devolvidas a um abismo” (p. 190), impenetráveis aos olhos e à inteligência – chega-se, diz o A., à ideia de “perda das coisas” pela perda da inocência do olhar. Perdido o objectivismo de Caeiro, então a dúvida agudiza-se: “é real o que olhamos? Ou é tudo um sonho?” (p. 191). Pessoa terá procurado sair desse círculo fechado e desvendar o mistério das coisas, argumenta Orlotti, através de dois caminhos: a poesia e as “ciências esotéricas” (p. 196). Insistindo na auto-definição de Pessoa como poeta dramático, o ensaísta aponta o *Marinheiro* como uma espécie de representação *mise en abyme* desse drama em gente que abrange ortónimo e heterónimos e que, em última instância, simboliza a indistinção entre Vida e Sonho ou entre Vida e Obra. Nessa peça, afirma Orlotti, o marinheiro, *i.e.*, o ortónimo, só tem existência no diálogo que mantém com os heterónimos, *i.e.*, as veladoras, entidades que o sonham e que são pelo ortónimo sonhadas.

As “ciências esotéricas”, por outro lado, terão permitido a leitura ou compreensão dos sinais do mundo exterior, e um conhecimento inacessível à Razão. Mas as sucintas relações estabelecidas nas últimas páginas deste ensaio entre capacidades mediúnicas, histeroneurastenia, heteronímia, ou entre a genialidade e a mediunidade, resultam pouco claras em função da primeira parte do ensaio, e carecem de desenvolvimento e de fundamentação, tanto mais que o A. nos reconduz à famosa carta de 1935 sobre a heteronímia. Espera-se que Orlotti venha a apresentar um estudo mais desenvolvido sobre estas múltiplas facetas da obra pessoana, demasiado complexas para serem percorridas em traços largos no fecho de um ensaio.

No texto, “Mensagem – uma revisitação à luz da interminável torrente do espólio pessoano” (que abre a Parte IV, “Literatura e Poética”, constituída por cinco estudos), Onésimo T. Almeida reitera e reforça a leitura já por si apresentada em *Mensagem – Uma Tentativa de Reinterpretação* (1987). Nesse estudo, relembra-nos o A., abordava a Mensagem à luz do livro de Georges Sorel, *Réflexions sur la Violence* (1908), e sustentava a tese de que o “mito à la Georges Sorel” (como “mito de raízes populares”) precedia os elementos esotéricos, não considerando estes como intrínsecos da base arquitectónica do poema. O ensaísta evoca ainda outros dados por si ponderados nessa e noutras ocasiões: o “sebastianismo racionalis-

ta”, a influência de filósofos como Platão, Carlyle e Bergson, bem como o pragmatismo de William James. Para o A., quer as publicações contínuas do espólio pessoano quer as provas empíricas do conhecimento que Pessoa tinha de Sorel, entretanto vindas a lume, contribuem para consolidar uma leitura dissonante das leituras canonizadas da *Mensagem*, como poema esotérico, místico e patriótico. Segundo Onésimo Almeida, é excessivo considerar o esoterismo como factor estruturante da mundividência pessoana, tendo em conta que há na obra de Pessoa passos de (auto)crítica ao esoterismo (bem como à mediunidade). Em conclusão, Pessoa, apresentado como “liberal, tolerante, individualista e inglês de cultura” (p. 214) só poderia, nos mais diferentes domínios, “querer construir [...] um caminho pessoalíssimo” (p. 210).

>>

Rita Patrício pede de empréstimo para título e tema do seu artigo uma proposição de António Mora, “Da Grécia antiga vê-se o mundo inteiro”, para apresentar as linhas nucleares de uma teoria crítica esboçada por Pessoa. A incompreensão da crítica perante *Orpheu* e perante os escritores mais inovadores dessa época terá desencadeado em Pessoa um desejo de legitimização da novidade estética desses autores e uma reflexão crítica sobre critérios de valoração do novo em arte – o que fará via Mora e através de um discurso normativo. Eis alguns dos pontos nucleares da teoria crítica pessoana investigados por Rita Patrício: “a novidade [é] o critério de valor por excelência” (p. 218); a avaliação deve concentrar-se na individualidade ou singularidade do escritor (com determinação da sua intenção inicial e do modo de concretização da obra); o leitor terá de ir ao encontro do autor; o leitor/crítico deve possuir determinadas competências para “refazer o caminho que o autor seguiu até chegar ao poema” (p. 219); mais do que erudição, o leitor deve possuir “cultura” que o autorize a fazer juízos críticos; o leitor deve colocar-se numa posição supra-histórica, liberto das contingências do seu tempo e sofrer um processo de despersonalização que lhe permita captar o universal numa obra particular. Só “esse modo de se ser ninguém” (logo, de “se saber ser vários”) e de saber “ler todos” (p. 224) determinará uma perspectiva correcta, “que inclui mas supera todos os particulares” (*ibidem*).

Depreende-se destes critérios que o confronto feito pela A. entre Pessoa e T.S. Eliot é, sem dúvida, extremamente oportuno e fecundo, na evidenciação das afinidades e das diferenças, e que a convocação de outros autores pode contribuir para iluminar estas e outras questões aqui tratadas (pense-se na teoria crítica de Ezra Pound ou nalguns aspectos da hermenêutica diltheyana). A inesperada distinção pessoana entre “erudição” e “cultura” (em texto não assinado) justifica

a exemplificação: “Ser culto é uma disposição inata. Essa qualidade conduz, não a um processo de acumulação de informações, mas antes a um tipo de despojamento” (p. 221). Ou, já numa formulação de Mora: “Um homem culto procura sentir. Perceber envolve um esforço. Sentir envolve uma *passividade deliciosa*” (*apud* Patrício: 221). No elogio de uma permeabilidade osmótica, quase letárgica, do crítico face à obra do autor, estamos bem distantes de uma certa definição eliotiana de crítica como “exercício desinteressado da inteligência”. Também não-eliotiana parece ser a valorização da “singularidade” do autor ou a (episódica) crítica atomística de Pessoa, face à convicção de Eliot de que nenhum poeta detém o seu significado sozinho (cf. “Tradition and the Individual Talent”, 1919) a convergência sobressai na ideia de que o crítico terá de ter uma percepção do que Eliot então designou por “ordem simultânea”, ou na ideia pessoana de que só a partir da Grécia antiga se pode ter uma visão do “mundo sem tempo” (*apud* Patrício: 225), profundas divergências emergem nos textos em análise no entendimento do papel da crítica para avaliar o novo, como a ensaísta mostra partindo de outro texto pessoano: “The uselessness of criticism”. O tratamento condensado neste estimulante ensaio de questões tão complexas como o cânone e tradição é um convite e um desafio a um estudo comparativo de maior fôlego, neste e noutros domínios, entre Pessoa e Eliot – ambos nascidos em 1888.

Com “Interstícios – o fragmento em Fernando Pessoa”, Carla Gago presta um valioso contributo para a discussão do tópico do fragmento, que adquiriu, nos últimos tempos, grande relevo no estudo da escrita pessoana (ou na de outros autores modernos). A ensaísta passa em revista as razões, já avançadas por Pessoa, para o carácter fragmentário dos seus textos, como a compulsão para o inacabamento, “a falta de vontade”, o afluxo intenso de pensamentos ou a “aversão à completude”, e detém-se no estudo de outros motivos e explicações sugeridos pelo poeta para a natureza fragmentária da sua escrita: o conflito entre o anseio de “sistema”, de “sistematização” e de “totalidade” e a relutância em rasurar ou prescindir de “detalhes”. Ou, numa formulação sintética já existente em Pessoa, a tensão entre “pensamento central” e “pensamento casual” (que leva a valorizar o “pontual”) e que certos trechos de *O Livro do Desassossego* vêm iluminar: “Há frases literárias que têm uma individualidade absolutamente humana” (*apud* Gago: 230). O estudo do “fragmento” em Pessoa (como “fragmento e totalidade” e não apenas *fractum*, acentua a A.) enriquece-se por um enquadramento e reflexão aprofundada à luz da estética do fragmento do Romantismo de Iena e de

certas tendências da modernidade a partir de Baudelaire e Valéry – ou seja, de uma ponderação sobre a emergência de um estado de crise como condição do ser moderno. Lembra Gago, com pertinência, que a modernidade definida por Baudelaire contempla não só o fugidio e o transitório, mas também o intemporal, e que essa dupla condição do moderno não é vivida por todos os artistas do mesmo modo. Se Valéry se contenta com o momento e a precariedade, Pessoa anseia pela completude, pelo fechamento, vendo os fragmentos como “cacos” e “lixo” (segundo a etimologia), surgindo o aforismo como uma solução parcial de compromisso entre a brevidade e o absoluto, mas não como solução para todos os problemas e aporias. No exame crítico dos conceitos de *fragmento*, *fragmentário* e *fragmentação*, Carla Gago sublinha a ausência de uma correlação necessária entre a ideia de fragmentação (a crise do sujeito, a pluralidade) e o *fragmentário*. Em Pessoa, argumenta, a “ferida” de uma obra que não é completa e o desassossego não derivam da quantidade de projectos inacabados, mas têm a sua origem no peso do “pontual” na sua obra, na ânsia de preservar “o fluxo da escrita” (p. 230), no fervilhar de ideias do que Pessoa descreve como “estado de rapidez ideativa” (*apud* Gago: 238) e que estará sempre associado ao “sentimento de perda do momento” (p. 238). São então convidados para esta produtiva reflexão sobre o fragmento o anjo de Walter Benjamin e o anjo de Klee, sendo a parábola benjaminiana do “anjo da história” objecto de uma sùmula, a partir da qual Gago avança para uma hermenêutica inovadora do *Livro do Desassossego* e da questão do fragmento em função de uma já (ontologicamente) *obra em fragmentos*. Fértil em implicações e impossível de explanar neste espaço é a tese exposta na última página deste ensaio, e que contém em si todo um programa de investigação. Transcreve-se um fragmento, que remata com a afirmação de que os três tempos em causa tanto remetem para o idealismo como para o pós-modernismo: “A produção pessoana será, assim, uma escrita intervalar, não entre projectos simultâneos, mas entre a pulsão da escrita do contingente [...] e um ideal estético estreitamente ligado a uma filosofia, no sentido de uma totalidade orgânica. Escrita de interstícios também, no sentido de uma escrita da dificuldade do dizer (paradoxal à avalanche produtiva pessoana), muito próxima de uma afasia, presa entre um passado, um presente e um futuro, que o leva a sentir ‘o tempo com uma dor enorme’” (p. 240).

A merecer uma especial atenção neste volume é, sem dúvida, o estudo de Pauly Ellen Bothe “Algumas reflexões sobre o ritmo na poesia versilibrista de Fernando Pessoa: Alberto Caeiro e Álvaro de Campos”,

que se ocupa de um assunto actualmente subestimado no estudo do texto poético: o ritmo em poesia e inerentes questões de metrificação (do “verso medido”) e de prosódia em geral. A revolução métrica em finais do século XIX – para a qual contribuiu a geração de Pessoa – com a defesa do versilibrismo e a aproximação da prosa e da poesia (e mesmo dissolução de fronteiras) não significa, para a ensaísta, que a questão da métrica já não seja merecedora de estudo. O mote é dado numa linha: “Para Fernando Pessoa, a métrica foi essencial, mesmo no caso dos heterónimos que escreveram maioritariamente em verso livre, como Alberto Caeiro e Álvaro de Campos” (p. 244). A fundamentação desta tese é feita, de forma bem convincente, no recurso a um estudo comparativo, de carácter analítico, do ritmo nestes dois heterónimos, sustentada por uma bem informada e sintética discussão de diferenças prosódicas entre o sistema qualitativo da língua portuguesa e o sistema quantitativo da língua inglesa.

Destaquem-se alguns dos tópicos focados por Ellen Bothe: a noção de “ritmo paragrafático” (p. 246), defendida por Álvaro de Campos; a ideia da artificialidade do ritmo da poesia (de alguma poesia), em contraste com as pausas naturais da prosa; a dívida de Pessoa (em especial, de Caeiro) para com a prática e teorias do verso e da dicção poéticas de Wordsworth; a tese de que não há uma diferença absoluta entre Caeiro e Campos (cf. p. 249); o mérito de Pessoa por ter introduzido na poesia portuguesa outros ritmos (pela pena destes heterónimos) e por ter recriado o hexâmetro (dactílico) a partir de Blake e de Whitman, mas também da *Eneida* e dos sonetos de Camões; a defesa pessoana da viabilidade de transposição do ritmo de uma língua para outra.

Desta sumária exposição ressalta a ideia de convergências várias de Pessoa com outros modernistas, e muito em particular, com Ezra Pound, estranhamente pouco ou nada exploradas pela crítica pessoana (excepção feita a Maria Irene Ramalho ou Patricia McNeill). Daí que se possa afirmar que o valor deste estudo reside não só no esclarecimento de zonas mais obscuras da poética pessoana, mas também no exemplo e estímulo que ele constitui para o estudo da poesia contemporânea em que as questões temáticas continuam a subsumir questões prosódicas e rítmicas – o que, nalguns casos, resulta numa leitura empobrecida dos textos. E pense-se, a título de exemplo, na poesia de Ana Luísa Amaral (mais pessoana do que aparenta ser), onde certo leitor aponta, com razão, a forte influência da prosódia anglo-saxónica.

O seu estudo intitulado “Da difícil arte de tradução – esteta, poeta, teórico e tradutor de Fernando Pessoa: homenagem a Georg Rudolf Lind” – diz-nos, em introdução, Werner Thielemann, – desdo-

bra-se em “dois textos”: um, de homenagem a Lind, pioneiro na divulgação da obra de Fernando Pessoa na cultura alemã; outro, análise comparatista de alguns poemas pessoanos com a tradução para alemão feita por Lind. O tradutor é elogiado pelo seu profundo conhecimento das ideias e do pensamento de Pessoa e pela sua arte de transpor para a língua alemã as estruturas rítmicas dos poemas pessoanos, sem “sacrificar o conteúdo”, salvo casos pontuais de renúncia à rima. Ao longo de várias páginas, Thielemann exemplifica a *fidelidade* de Lind aos textos de partida, a sua procura de um “equivalente” ao original, num cotejo de fragmentos dos poemas seleccionados e indicados em subtítulos como “Poesias do volume Poesias Esotéricas” e “Poemas Nacionais” (poemas de *A Mensagem*) com as respectivas traduções.

>>

Já a secção “O intraduzível: A Ceifeira” se ocupa de um poema não traduzido por Lind, ausência que serve também o encómio a Lind como “*traduttore*, não *traditore*” (p. 281), *i.e.*, “aquele que considera que as visões e ideias fantásticas do seu mestre merecem expressões adequadas ao nível da forma” (*ib.*). Embora reconheça que todo o acto translatório implica uma atitude hermenêutica, o crítico apresenta “A Ceifeira” como um caso exemplar de impossibilidade de tradução do português para alemão, que começa desde logo na diferença de género entre o feminino (a) *Morte* e o masculino (der) *Tot*. A natureza paúlica do poema e o que é referido como progressiva abertura à abstracção e à interpretação subjectiva, para além de diferenças de sistemas linguísticos, são apontados como razões da impossibilidade de uma estratégia de tradução que faça jus ao “tecido estratificado de significados do texto” (p. 280). Tendo em conta o elogio do ensaísta a Lind como “poeta”, “um dos grandes estetas do século XX”, ou “tradutor-esteta”, a insistência na fidelidade e honestidade do tradutor não decorre apenas de um evidente paradigma linguístico de tradução, podendo porventura ser também entendida à luz da tese de Friedrich Schlegel de que “a poesia só pode ser criticada pela poesia”. Por conseguinte, o silêncio de um tradutor-poeta perante alguns textos, que não ousa recriar, é sinónimo de uma rendição ou soçobro de um autor perante outro Autor, que reconhece como seu Mestre. Assim sendo, esta homenagem a Lind volve-se, em última instância, numa homenagem a Pessoa – e um sinal do culto da autoridade do Autor.

Maria Teresa da Fonseca Fragata Correia, em “A diarística em Fernando Pessoa e Henri-Frédéric Amiel – uma escrita no silêncio” (o primeiro de 4 textos que integram a Parte V, “Desassossego e Hermenêutica”), elabora um estudo comparativo entre o *Livro do Desassossego* e

o *Journal Intime*, de Amiel. Após reflexões introdutórias sobre o carácter fragmentário e descontínuo da escrita diarística, a A. dedica grande parte do seu ensaio a evidenciar as afinidades entre os dois autores (ou entre Amiel e Bernardo Soares), no cotejo de passos onde recorrem idênticos motivos: a inquietude, a incerteza, a falta de confiança, o sentimento de solidão, a “sensação de desencontro”, a “inadaptação ao real”, a “contradição de sensações”, o auto-questionamento obsessivo ou a paralisia da acção. Não falta neste estudo uma referência às diferenças entre os textos em análise, que, segundo a ensaísta, residem, sobretudo, no modo de enunciação: num, “forma de diário”; noutra, “peças fragmentadas” (p. 286). Seria, no entanto, desejável o desenvolvimento deste tópico no quadro de uma discussão mais alargada sobre a especificidade do sujeito autobiográfico do *Livro do Desassossego*, ou sobre o estatuto genológico atípico do *livro* de Pessoa, que Irene Ramalho Santos, num sábio gesto, associa ao modo lírico.

No ensaio “O barbeiro, a costureira, o moço de fretes e o gato”, Richard Zenith contrapõe à conhecida imagem de elitismo de Pessoa (e pelo próprio cultivada) a imagem, recalçada e subvalorizada pelos estudiosos, do poeta atraído e fascinado pelo ser humano comum e vulgar. Zenith chama a atenção para a presença de uma galeria de personagens banais ou figuras humildes na obra pessoana, desde os criados e os moços de fretes aos empregados de cafés, entre outras personagens alheias ao universo dos intelectuais e dos artistas. E põe em relevo a recorrência da atracção, amor ou paixão de figuras elitistas e intelectuais, por mulheres vulgares ou simples, de “nível cultural” reduzido, de baixo estrato social”, pertencendo, por vezes, ao meio popular. Exemplos: o Barão de Teive, Bernardo Soares, Álvaro de Campos e o próprio Fernando Pessoa (que terá tido, em 1931, uma paixão pela filha da lavadeira). No que diz respeito a “amores narrados”, a corcunda Maria José, apaixonada pelo serralheiro, é, para o A., o exemplo mais notório desse fascínio pessoano pelas mulheres e homens vulgares. Deixando de lado a lei da atracção de opostos, Zenith expõe uma inusitada teoria: “num certo sentido [Pessoa] *identificava-se* com eles” (p. 299). Identificava-se, é-nos dito, pelo facto de, após despir a sua excepcional cultura e inteligência, ou a sua “refinada sensibilidade estética”, se aproximar dessas pessoas, pelo que então restava – a alma. No recurso a inúmeros exemplos do *Livro do Desassossego*, a versos de *Fausto* (“Tudo é símbolo e analogia!”, “Tudo o que vemos é outra cousa”), e a outros textos, bem como a inúmeros episódios factuais da vida quotidiana do poeta, Zenith conduz-nos gradualmente para a sua

conclusão: "Pessoa perseguia algo que as palavras não alcançam nem descrevem. E nesta sua busca, que abarcava a vida instintiva e afectiva e as ligações entre os seres mas que não se resumia a elas, parece-me que as pessoas ditas 'vulgares' lhe eram, de algum modo, mais úteis e mais próximas" (p. 304). Ou, numa possível síntese, em modo de paráfrase: a predominância de aspectos instintivos e espontâneos que Pessoa captaria no homem vulgar surgiam-lhe como uma porta privilegiada para o reino do divino e do mistério.

Em "Técnicas figurativas e estratégias de persuasão no *Livro do Desassossego*", Georges Güntert toma como mote a famosa frase de Pessoa "não evoluo: VIAJO" para desenvolver a tese de que nos textos pessoanos (poesia ou prosa) o "sujeito" nunca é objecto de uma verdadeira "transformação narrativa", não exercendo também qualquer transformação sobre o que o rodeia. Nem mesmo a diferença de estilos e de tom em Álvaro de Campos (em 1915 e em 1930) é encarada como uma excepção, dado que no Campos futurista se verifica já uma coexistência entre uma atitude de euforia e de confiança e uma atitude de desalento ou de resignação. A partir de alguns trechos de o *Livro do Desassossego*, Güntert procura demonstrar que falta de acontecimentos (no quotidiano) ou de peripécias romanescas é compensada no plano figurativo, por procedimentos retóricos, que põem em jogo o poder da imaginação. Assim, é relevado o modo como Pessoa produz uma "intensificação do próprio discurso" pela qual o protagonista "muda" sem se transformar, tal como um céu repleto de nuvens vai mudando, sendo "sempre-diferente" e "sempre-igual" (p. 320). Interessante neste estudo é, decerto, a ideia da mestria pessoana na arte de "narrar através de uma imagem" – o que é exemplificado através da análise do fragmento 204, em que Bernardo Soares "medita sobre o significado das 'nuvens que passam da barra para o Castelo'" (*apud* Güntert: 320).

Em "Estratégias diferentes na análise da obra de Fernando Pessoa", Victor J. Mendes procede à rejeição da exegese da obra pessoana, que valorize a carta de 1935 sobre o fenómeno heteronímico. Para o A., a atitude hermenêutica dominante, consagrada por Eduardo Lourenço em *Pessoa Revisitado*, vai ao encontro do horizonte de recepção programado por Pessoa, levando os críticos a centrar-se no "drama em gente", entendido como um "drama no masculino". Exacerbando a ideia de jogo contemplada por Klobucka, Mendes fala numa "montagem programática" de um Pessoa lúcido que orientou os críticos para um estudo privilegiado da relação do poeta consigo mesmo (a ideia do "ser plural"), o que lhe terá permitido projectar para a posteridade a imagem de

>>

gênio, contornar a questão da relação com os seus precursores (a bloomiana “angústia da influência”) e silenciar a questão das *relações* factuais e ficcionais do/no universo pessoano. Mendes propõe então uma estratégia hermenêutica alternativa não focada na heteronímia, e aliçada no que designa por “ficções de relação” (entre personagens entre si ou entre personagens e pessoas) em muitos textos pessoanos, no privilégio dado a um procedimento metonímico (por oposição ao metafórico, segundo um conhecido binómio jakobsoniano). Esta abordagem é exemplificada no estudo de alguns textos, entre os quais “Carta da Corcunda para o Serralheiro” – aqui analisada em função das questões: “a quem se assemelha a corcunda no quadro abrangente dos textos de Pessoa?”; “por que escreve Maria José a carta?” Da ideia de que Maria José se assemelha a Ofélia (em virtude de coincidências várias), mas também a Fernando Pessoa, o ensaísta chega à sugestão de que nesta escrita se encena a ficção de tomar o lugar do outro (cf. p. 335). Tal como em Klobucka, é aqui realçada a ambiguidade da expressão de Maria José, “eu mesmo”, entendida como gesto, “provavelmente não intencional na obra pessoana de instabilização do género” (p. 336). Esta e outras ocorrências similares (como “aquela rapaz” no *Livro do Desassossego*) são, para o A., a prova da necessidade de uma pesquisa alargada sobre “aspectos da categoria de relação, mais do que sobre os desdobramentos da consciência de si nos textos pessoanos” (*ib.*). Em jeito de conclusão, Victor Mendes assinala o carácter propedêutico desta abordagem e lança um repto: “Deixemos para os melhores intérpretes a difícil decisão de saber se se trata de uma questão gramatical ou sexual, ou gramatical e sexual” (p. 337).

Uma leitura desta natureza é bem discutível tendo em conta, acima de tudo, a passagem do universo intra-textual para o extra-textual. E perante o paralelismo Pessoa/Maria José poderemos perguntar-nos se não estará aqui a ser accionado um procedimento mais metafórico do que metonímico. Apesar desta e doutras reservas (recorde-se que David Lodge equaciona a possibilidade de metonímia e metáfora serem definidas em contexto, como correlatas e reversíveis, e não como pólos fixos de uma dicotomia estruturalista), há que considerar que este arrojado desafio a toda uma tradição de interpretação poderá ser catalisadora de novas abordagens – que convivam com a questão sempre incontornável da heteronímia.

A parte VI, “Desafios Editoriais”, é consagrada a questões editoriais de premente actualidade e integra dois textos que se apresentam como duas propostas substancialmente diferentes quanto aos critérios de publicação da obra pessoana, verificando-se, porém, pontos de con-

vergência nalgumas matérias fundamentais. No primeiro texto, "Escritos sobre Génio e Loucura – história de uma investigação", Jerónimo Pizarro deixa-nos um testemunho sobre a investigação que levou a cabo em torno da questão do génio e da loucura em Fernando Pessoa (cf. *Escritos sobre Génio e Loucura*, 2. vols., INCM, 2006), ao mesmo tempo que expõe as suas ideias e critérios sobre a edição dos textos pessoanos éditos e inéditos – no constante e louvável recurso à exemplificação. Pizarro descreve as etapas de um trabalho que tendo começado com o projecto de estudar os documentos catalogados sob o rótulo "Ensaio sobre a Degenerescência" o levaria a percorrer a totalidade dos papéis do espólio e a descobrir a existência de inúmeros escritos dispersos sobre o mesmo tema, e não reunidos no núcleo principal. Dessa experiência Pizarro retiraria algumas ilações e princípios metodológicos para a edição de Pessoa aqui sintetizados: a) que a publicação de algumas páginas de Pessoa sobre um determinado tema ou temas obriga à exploração e a um estudo sistemático de todas as folhas do espólio, pois não pode dar-se por adquirido que um assunto se cinja a uma área daquele; b) que é preciso ter sempre presente que não só o mesmo projecto pode desenvolver-se em vários suportes físicos, como um mesmo suporte físico pode conter vários textos destinados a diversos projectos; c) que Pessoa aborda, com frequência, um mesmo tema sob diferentes perspectivas e *linguagens*; d) que investigação e organização caminham a *pari e passu*. Pizarro é um activo defensor da publicação de todos os textos inéditos pessoanos, desde que se publique o que ficou, sem ensaiar reconstituições arqueológicas de um todo inexistente. "O labor editorial ", escreve, "consiste em trabalhar com 'o que é', e não com o que 'poderia ter sido'" (p. 347). Alerta o A., em sintonia com João Dionísio, para o perigo de edições muito limpas que apagam a fragmentariedade e dão a falsa impressão de obra coesa e revista pelo próprio Pessoa. Daí uma advertência: "Não compete às primeiras edições fazer os cortes que a própria tradição editorial se encarregará de fazer com o tempo" (p. 348). Pizarro advoga, assim, a publicação da totalidade dos documentos inéditos, sem que esse acto implique uma atitude judicativa prévia, já que considera que entre estes "estão muitos textos que revalorizaram e redimensionaram o legado do poeta" (p. 347). No caso de certos conjuntos de textos, argumenta, com razão, o A., é possível que o que num primeiro olhar não parece significativo poderá vir a sê-lo mais tarde. O que se expôs explica a posição que Pizarro tem vindo a defender publicamente sobre a imperiosa necessidade de não se dispensar o espólio e de ele ser mantido em território português.

>>

Diferente da perspectiva de Pizarro é, como se disse, a apresentada por João Dionísio em “Integridade e genuinidade na obra de Fernando Pessoa”. O investigador inicia o seu texto com uma reflexão sobre a *prática editorial e os direitos de autor*, em geral, procedendo a um comentário e análise dos artigos 56.º e 57.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aí parcialmente transcritos: “O autor goza durante toda a vida do direito de reivindicar a paternidade da obra e de assegurar a genuinidade e integridade desta [...]”. (Art.º 56, *apud* Dinonísio: 353). João Dionísio tece ainda relevantes considerações sobre as mutações diacrónicas no entendimento dos conceitos de *integridade* e de *autenticidade* e da relação que entre estes se estabelece. Se o conceito de “genuinidade” como sinónimo de autenticidade (a atestar a autoria) não tem actualmente grande valor operatório, já o conceito de “integridade”, sustenta Dionísio, se torna bem problemático, sobretudo quando o que está em causa não é a supressão de uma estrofe num poema, mas o trabalho de edição de textos pertencentes a espólios volumosos. Na prática, acrescenta, tanto os editores como herdeiros interpretam “integridade” como “editar” (ou liberdade para editar) *tudo*, não obstante manifesta vontade do autor para que isso não aconteça, mas não validada pela legislação actual sobre propriedade literária e intelectual.

No caso de Pessoa, escreve Dionísio, existe “uma fronteira muito operatória” (p. 356) entre textos *publicados em vida do autor e inéditos* (embora reconheça que outras distinções tenham de ser tomadas em linha de conta). Partindo da acepção lata de “publicação” como *tudo o que veio a público*, o A. inclui na categoria de “textos publicados” os textos que entraram no mercado editorial, bem como toda a produção de Pessoa que saiu efectivamente das suas mãos e com destinatários diversos. Dionísio apresenta uma proposta de edição textual que toma como critério decisivo o grau máximo e o grau mínimo de publicação dos textos pessoais. Assim sendo, as etapas e prioridades da actividade editorial em causa seriam, em síntese, as seguintes: a) (Re)edição de textos publicados em vida de Pessoa, e por este “controlados” até ao momento da *publicação*, sem atenção às correcções autógrafas do próprio autor, posteriores a esse momento; b) Textos impressos em vida do poeta, que não foram efectivamente publicados (mas que terão atingido aos olhos daquele “o nível satisfatório para serem dados a conhecer de forma generalizada” (p. 359); c) textos enviados a vários editores para publicação por vontade do autor, mas recusados (o núcleo do ciclo “The Mad Fiddler”); d) textos que circularam num circuito restrito e privado de comunicação (com privilégio para as cartas, vistas algumas delas como um meio de pré-publicação).

Expostos com clareza estes critérios, fica por definir o procedimento a seguir na resolução das dificuldades inerentes à sua aplicação prática (algumas das quais assinaladas, aliás, pelo próprio A.). De acordo com Pizarro, Dionísio considera ainda que textos inéditos são passíveis de publicação desde que o leitor seja alertado para o estatuto especial desses textos. Defende, neste caso, o imperativo (ético) de se privilegiar normas diplomáticas de transcrição, “com representação topográfica do texto e/ou em alternativa o próprio fac-símile” (p. 363), ainda que a leitura dos mesmos possa revelar-se difícil.

Apesar da amplitude dos assuntos tratados nos 25 ensaios que compõem *A Arca de Pessoa*, ou da diversidade de ângulos experimentados, são de destacar alguns traços dominantes deste volume, que, mesmo em momentos de revisitação de “velhos” tópicos (a heteronímia, por exemplo), não deixa de oferecer novos olhares, cujo valor cabe, em última instância, ao leitor avaliar. Sem pretensão de exaustividade, eis alguns desses traços:

- uma notória preocupação por parte de muitos ensaístas com o tempo e a época em que viveu Pessoa, como que respondendo a um duplo imperativo: *fixar* por momentos uma imagem sempre fugidia de Pessoa enquanto autor empírico e pôr em jogo uma abordagem hermenêutica regida pelo signo do perspectivismo;

- um mais acentuado gesto de *normalização* do poeta (Pessoa como cidadão comum), sem deixar de sublinhar a ideia de excepcionalidade;

- uma maior ênfase na ligação de Pessoa a horizontes culturais anglo-saxónicos e uma conseqüente necessidade de rever o lugar do poeta no quadro da literatura ocidental – ou, continuar a revê-lo à luz dos valiosos e imprescindíveis estudos de Irene Ramalho Santos;

- uma recorrente convocação da Biblioteca pessoana, ou seja, das leituras levadas a cabo por um poeta que surge mais ostensivamente como um Escritor-Leitor;

- uma mais vincada e enriquecedora abordagem comparativista;

- uma reflexão sobre a criação heteronímica mais articulada com as ciências esotéricas;

- a força engendradora do espólio na exploração de novas abordagens críticas;

- a recusa de um cepticismo relativista que tornaria inviável este volume e levaria ao silêncio dos críticos perante Pessoa, ou, segundo Onésimo de Almeida, a ideia de que o paradoxo na obra pessoana não impede que possa ser estabelecida uma “lista de verdade pessoanas”.

Não sendo este o lugar ideal para uma reflexão sobre a amplitude

de questões decorrentes dos tópicos enunciados, é de sublinhar o facto de um melhor conhecimento quer da Biblioteca pessoana quer do espólio trazer consigo riquíssimos desafios aos estudiosos de Pessoa. Pense-se, por exemplo, como o estudo da *Marginalia* poderá ser o ponto de partida para novas linhas de investigação: de um estudo taxinómico, no âmbito da Poética, dos graus de autonomia do metatexto pessoano em relação aos textos lidos a um estudo mais sistemático dos modos da paródia e da transgressão levados a cabo por um autor cuja faceta de *homo ludens* é, com frequência, minimizada. Impõe-se, por último, elogiar o facto de este volume abordar, de forma implícita ou explícita, questões de grande actualidade e de interesse público, como o problema de editar Pessoa, ou questões gerais de propriedade literária ou intelectual. <<